COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 6.185, DE 2016

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor sobre o transporte de cães de corporações militares.

Autor: Deputado VALDIR COLATTO

Relator: Deputado DELEGADO WALDIR

I – RELATÓRIO

A presente proposição altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor sobre o transporte de cães do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, em voos regulares comerciais.

Consiste a proposição na alteração do art. 222 da Lei nº 7.565, de 1986, que passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º, dispondo que “É assegurado ao bombeiro e ao policial militar, desde que em serviço, o transporte de cão, por eles adestrado, da respectiva corporação, na cabine das aeronaves de voos comerciais regulares.”

Na justificção, o autor argumenta que o cão-guia utilizado pelas pessoas com deficiência visual pode, por força da Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, adentrar os veículos de todas as modalidades de transporte, acomodando-se ao lado de seu usuário ao longo de todo o trajeto.

Prossegue o autor: “O cão que atua em operações militares, dando apoio a salvamentos ou a ações policiais recebe treinamento equivalente ao cão-guia, mostrando-se dócil e obediente aos comandos de seu treinador.

Com base em tais pressupostos, esse cão pode compartilhar as cabines de aeronaves, sem incorrer em riscos aos passageiros. ”

Estabelecido o prazo para emendas ao Projeto, 5 sessões a partir de 06/10/2016, encerrou-se o prazo sem a apresentação de emendas.

Cabe a esta CSPCCO o exame do mérito, nos termos regimentais.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

As companhias aéreas realizam o transporte de cães-guia, cão ouvinte e cão assistente, acompanhados de uma pessoa com deficiência visual, além de cães e gatos de estimação, desde que sejam de pequeno porte.

Os cães utilizados pelas forças policiais são treinados, em regra, a partir dos quatro meses de idade, iniciando o adestramento específico a partir do primeiro ano de vida. Durante o adestramento, é estabelecida uma relação de amizade, confiança e obediência entre o cão e seu adestrador, motivo pelo qual o transporte do animal, nos termos deste lei, deve ser permitido apenas quando acompanhado pelo seu adestrador.

A utilização dos cães no serviço policial inclui o reconhecimento de drogas e explosivos, localização de pessoas desaparecidas em mata ou cativeiro, imobilização de suspeitos e inúmeras outras ações em apoio ao trabalho tanto das polícias quanto dos corpos de bombeiro.

A proposição em análise, no entanto, trata apenas do bombeiro e do policial militar, o que a limita seu alcance, já que a utilização de cães adestrados não se limita a estas duas forças.

Os órgãos de segurança pública estão previstos no art. 144 da Constituição Federal:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

O Grupo de Operações da Polícia Rodoviária Federal, por exemplo, trabalha com cães de faro de explosivos; a Polícia Federal possui cães adestrados, bem como as Polícias Civis dos estados, não sendo a utilização de cães adestrados, de forma alguma, exclusividade da Polícia Militar e dos Corpos de Bombeiros.

O projeto de Lei nº 6.185, de 2016 ao limitar sua abrangência, deixa de fora forças policiais que necessitam de igual modo da previsão legal para o transporte de cães adestrados. Desta forma, a fim de aproveitar a iniciativa da proposição, necessário se faz apresentar uma emenda substitutiva que amplie o rol das forças de segurança pública contempladas no projeto de lei em análise.

Assim, diante do exposto, voto pela aprovação do PL 6.185/2016, nos termos do substitutivo que ora apresento.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado DELEGADO WALDIR
Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 6.185, DE 2016

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor sobre o transporte de cães pertencentes aos órgãos de segurança pública previstos no art. 144 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor sobre o transporte de cães pertencentes aos órgãos de segurança pública previstos no art. 144 da Constituição Federal, previstos em voos regulares comerciais.

Art. 2º O art. 222 da Lei nº 7.565, de 1986, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 222.

§ 1º

§ 2º É assegurado aos integrantes dos órgãos de segurança pública previstos no art. 144 da Constituição Federal, o transporte de cão, por eles adestrados, da respectiva corporação, na cabine das aeronaves de voos comerciais regulares.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado DELEGADO WALDIR
Relator